



Joel Neto*

Se tens um jardim e uma biblioteca

A extrema-direita, os *partisans* e as mulheres

«Onde estão as mulheres? Ou, por outra: quantas mulheres participam activamente na vida pública destas ilhas fora do âmbito estrito da sua actividade profissional, das festas populares e, ao mesmo tempo, de um partido político?»

1. Assinei a *Carta Aberta Contra a Indiferença*, da autoria da poetisa e ex-deputada do PS Renata Correia Botelho, sem concordar necessariamente com a totalidade dos seus termos. Por exemplo, preocupa-me pouco a preservação da Sata Internacional. A Sata Air Açores é inalienável – um património essencial e um exemplo de serviço público. Sendo possível gerir igualmente bem a Sata Internacional, de modo que não dê o prejuízo que dá, vamos a isso; não sendo, aliene-se ao melhor interessado ou feche-se. Há outras companhias para as suas rotas.

Mas concentrei-me no essencial. Escrevi neste mesmo jornal, logo na semana em que a coligação PSD/CDS/PPM formou governo, que a entrada da extrema-direita no arco da governação – via acordos de incidência parlamentar – era não só um perigo para a democracia nos Açores, mas um sarilho para a estabilidade da governação. O primeiro ano provou-o: o Chega trouxe um discurso intolerável ao contexto democrático; começou por ter dois deputados, depois um deles tornou-se independente e a seguir voltou esse deputado e saiu o outro; e, finalmente, originou uma crise política de que a coligação se salvou *in-extremis*, mas só até à chegada da próxima.

Entretanto, os órgãos da Região foram várias vezes humilhados, feitos chacota nacional e, inevitavelmente, fragilizados na percepção do eleitorado e do povo açorianos. Assinei a dita carta, portanto, enquanto iniciativa de contestação à vergonha a que nos submetemos e em defesa tanto da instituição Governo Regional como do próprio Governo Regional. Isto é, em defesa quer da autoridade de um, quer da autoridade do outro – contra os efeitos das tentativas de *bullying* dos não-democratas e na esperança de que, tão depressa quanto possível, este executivo se possa livrar das más companhias.

2. Um tal gesto só poderia merecer o desagrado das bases dos partidos da coligação em caso de falta de cultura democrática. Manifestarmo-nos contra a indiferença é manifestarmo-nos contra aquilo que nos trouxe exactamente até aqui: ao ponto em que o Governo Regional dos Açores é deixado refém de um movimento racista e xenófobo, orgulhoso da sua própria falta de empatia e que tem como suprema ideologia a exploração do ódio latente naqueles que – com motivos consideráveis, por puro cinismo ou apenas em resultado do tédio quotidiano – precisam de ver arder a democracia.

Apesar disso, aconteceu. Vários dos signatários da dita *Carta Aberta* deram por si a justificar-se perante pequenos *partisans* e convertidos, incrédulos coma simples possibilidade de se verem enfiados no separador do bota-abaixo ou mesmo apenas confundidos com o jogo (sic) da oposição. Poderiam ter feito mal em justificar-se, sabendo-se como se sabe que tanto os pequenos *partisans* como os convertidos precisam demasiado de provar a respectiva dedicação. Ocorre que tal género de pedido de esclarecimento apenas acontece porque pode acontecer. Que as queixas de dirigentes partidários vencidos (a autoridades, provedores, directores e demais entidades tutelares), enfurecidos com o mais básico exercício da crítica, apenas se vulgarizam porque se podem vulgarizar. E que tudo isso junto define um padrão.

Os Açores vivem em défice democrático, viveram em défice democrático nas últimas décadas e, provavelmente, vivem em défice democrático desde o advento da Autonomia. Deram ao país e ao mundo verdadeiros monstros sagrados da Democracia (em geral) e da democracia portuguesa (em particular). Conquistaram, instituíram e consolidaram exemplarmente uma série de instrumentos sem os quais uma democracia jamais poderá funcionar – das infra-estruturas às comunicações, dos serviços à segurança. Mas ainda não conseguiram vencer as barreiras da escassez. Os recursos não dão para tudo, muito menos para todos. Na hora de dividi-los, não há bom-selvagem que resista. E, evidentemente, o escrutínio não só enfrenta dificuldades, mas tem custos.

3. A manutenção do povo açoriano no último lugar de todos os índices de desenvolvimento humano a nível nacional, os do domínio da educação como os outros,

serve na perfeição essas hierarquias. Tanto esses índices como essas hierarquias (mais uma pitada de conservadorismo atávico, nem todo ele atribuível à religiosidade tradicional) servem o desenvolvimento da extrema-direita, o seu justiceirismo apressado, o seu putativo combate à corrupção e o seu – no fundo – ávido desejo de se substituir às elites vigentes. E a ausência de sociedade civil serve de tampão perfeito a quem quer que ouse erguer um dedo contra essa equação.

Evidentemente, e no que diz respeito à dita *Carta Aberta*, teria sido muito mais confortável para todos os signatários que ela tivesse sido redigida por alguém sem ligações político-partidárias, e portanto não directamente interessado em mais nada senão o estado da democracia açoriana. Eu próprio fui co-autor, em 2020, de um documento da mesma natureza, no caso com incidência nacional, e que foi assinado por mais de 300 democratas de esquerda e de direita, portugueses, brasileiros e africanos – virtualmente todos os grandes escritores de língua portuguesa vivos, e sem qualquer receio de conotação partidária.

Mas esta carta não veio de uma associação de direitos humanos ou de um observatório democrático, de um *think tank* responsável ou sequer de um cidadão preocupado. Veio de uma cidadã preocupada, de uma poetisa (aliás, excepcional), mas também de uma militante e ex-representante de um partido. E isso só acontece porque quase nada se faz, nestas ilhas, sem a mobilização ou a chancela de um partido político. O que, por um lado, permite aos menos bem-intencionados reduzirem qualquer iniciativa (mesmo as mais bondosas) aos interesses em jogo na luta pelo poder. E, por outros, contém efectivamente a respectiva influência na consciencialização da sociedade.

4. Uma cidadã. Às vezes criticam-nos, a propósito do *Novo Normal*, o programa da RTP-Açores com que tentamos dar um contributo para o desenvolvimento da nossa massa crítica colectiva, por sermos quatro homens, do moderador aos comentadores. Pergunto invariavelmente, em resposta: “Tens razão, mas onde estão as mulheres?” Porque, para se fazer um programa assim, esperando que ele tenha um impacte real, são precisas quatro coisas: um empenho cabal no acompanhamento da actualidade noticiosa; uma presença (e um desejo claro de presença) na vida pública regional; uma indiscutível liberdade política, partidária e de consciência; e, claro, disponibilidade (de tempo, mas também geográfica). Quantas mulheres com essas condições há na Região?

Pois eis mais uma prova da ausência de sociedade civil nos Açores. Onde estão as mulheres? Ou, por outra: quantas mulheres participam activamente na vida pública destas ilhas fora do âmbito estrito da sua actividade profissional, das festas populares e, ao mesmo tempo, de um partido político? Cinco? Dez? Quinze? Depende, certamente, do ponto onde traçamos a linha entre o que é e não é estar atento à actualidade, ter uma presença na vida pública, ser partidariamente livre e estar disponível. E, contudo, todos sabemos que o essencial é isso: há mulheres, sim, mas estão quase todas nos partidos. Partidos que, assim que apanham uma delas – milagre! –, lhe dão de imediato um lugar numa lista qualquer, por via das imposições da dita Lei da Paridade.

Talvez seja essa a solução, no fundo. Ou a centelha da solução: a adesão das mulheres à vida pública não necessariamente por imposição profissional, desejo de preservar as tradições ou conveniência partidária. Tenho esperança nelas. Uma mulher é, em si, uma força. Várias mulheres, se trabalhando para o mesmo fim, são uma força enorme. E, se os homens não estão a fazer tudo o que lhes compete na constituição de uma sociedade civil pujante, educada e com espírito crítico – que não estão –, isso é ainda mais evidente no caso delas. O futuro dos Açores está em risco. A Autonomia, sim, mas sobretudo as pessoas.

*Escritor e membro do programa da RTP Açores *Novo Normal* (quartas e quintas-feiras à noite)